

que no instrumento de constituição de uma enfiteuse limitasse o exercício do domínio útil do imóvel a uma destinação exclusiva e específica?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Os bens que integram o patrimônio da sociedade comercial pertencem aos seus sócios? Responda fundamentadamente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- QUESTÕES -

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

No sistema constitucional brasileiro, é possível a instituição de tributos através de medida provisória? Justifique.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Sinteticamente, descreva as características da coisa julgada em matéria fiscal.

3ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

1. Determinada empresa jornalística impetrou mandado de segurança, perante um dos Grupos de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, **“contra a iminência de ato a ser praticado”** pelo Sr. Secretário de Estado de Fazenda, pretendendo que lhe fosse **“liminarmente autorizado”** adquirir chapas de alumínio de uma indústria química, **“com exclusão do ICMS do preço”** e, portanto, sem destaque do tributo nas notas fiscais respectivas, sob a alegação de que os referidos produtos **“são destinados à confecção do jornal”**.

2. Requereu, ainda, a impetrante que a final lhe fosse **“reconhecida judicialmente a existência de imunidade constitucional quanto ao ICMS, nas mencionadas compras”**.

3. Formulada a hipótese acima, queira indicar, justificadamente, as alegações que devem constar da **impugnação** a ser apresentada pela Procuradoria Tributária (PG-3) da Procuradoria Geral do Estado.

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

21.10.95

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO celebrou contrato de prestação de serviços com a Empresa de Vigilância XYZ tendo por finalidade a proteção de acervo permanente de obras de arte da Secretaria de Estado de Cultura. O contrato, de duração de doze meses, teve seu prazo expirado em 30 de

junho de 1995. Verificou-se, então, a insuficiência de dotação orçamentária para que fosse realizada a licitação dos serviços para um novo período. Não obstante tal fato, a empresa, mesmo sem qualquer vínculo contratual, continuou prestando os serviços. Consultada a Procuradoria Geral do Estado acerca da possibilidade de solucionar o impasse, dada a essencialidade dos serviços para preservação do patrimônio público, como seria diagnosticada a situação e quais os procedimentos a serem adotados, no entender do candidato?

2ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

Servidor de Empresa Pública do Estado do Rio de Janeiro que percebia remuneração mensal superior à que faz jus o Secretário de Estado, a partir do mês de outubro de 1988 viu-se limitado ao teto remuneratório previsto constitucionalmente.

Cessado o vínculo, propôs de imediato reclamação trabalhista sob o fundamento de violação de direito adquirido fulcrado no artigo 5º, inciso XXXVI, c/c artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal, postulando as seguintes parcelas:

- a) Diferenças de remuneração mensal entre o limite máximo que lhe foi imposto e o valor do salário relativo ao cargo (emprego) que desempenhou, acrescidas dos direitos pessoais conquistados no decurso da prestação de serviços à Empresa; e
- b) Reflexos nos abonos de férias, recolhimentos de FGTS e INSS no período atingido pela medida imprecada de injusta.

Ofereça o candidato as razões de mérito em que deverá assentar a peça de resposta.

3ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

A UNIÃO FEDERAL, determinado Estado, litorâneo, e dois dos seus Municípios (A e B), ambos costeiros, celebraram Convênio administrativo, com aquiescência legislativa, objetivando a construção de moderno e grandioso porto oceânico, de grande calado e com 20 km contínuos de berços de atracação, distribuídos ao longo da costa dos dois municípios. Além dos entes estatais, entraram como partícipes do Convênio diversas Companhias privadas de grande porte, sendo uma mineradora, uma siderúrgica, duas ferrovias, uma montadora de automóveis e uma fábrica de celulose. Os entes públicos convenientes almejaram o incremento do comércio exterior e o desenvolvimento das economias regional e locais. As empresas viam no novo porto, dada uma sob sua ótica, excelente oportunidade para a expansão de seus negócios e/ou para o escoamento dos seus produtos com maior eficiência e menor custo. A par do Convênio, os seus partícipes fundaram uma S/A, à qual caberia dar plena execução aos termos e objetivos daquele, em especial para contratar, ao fim da futura concorrência internacional, as três grandes empreiteiras que construiriam o porto e toda a enorme infra-estrutura do seu entorno. O capital social da MULTIPORTO S/A foi ajustado em 2 bilhões e 600 milhões de reais,

subscrevendo as entidades políticas 500 milhões de reais, cada uma, o restante dividindo-se, em partes iguais, entre as seis Companhias privadas. No ato da constituição, o capital foi integralmente subscrito, porém realizado apenas em 10% do total. Convencionou-se que o saldo do preço das ações então adquiridas ficaria para ser pago, à vista, mediante chamada da Diretoria da MULTIPORTO, através de anúncios públicos, a serem expedidos por ocasião da adjudicação dos contratos às Construtoras vencedoras da concorrência pública. Venceram-se os mandatos eletivos e novos governantes ascenderam às chefias dos Executivos. E deu-se, neste passo, que o Prefeito do Município B, pretextando que a construção do Porto acarretaria danos ambientais irreparáveis - o que era falso, sendo verdadeira indistigável rixa partidária -, denunciou o Convênio e, pior, recusou-se a atender à chamada de capital e a realizar o saldo das ações que subscrevera na MULTIPORTO. Frustrava-se, assim, por completo, em razão de grave insuficiência de recursos, a viabilidade da execução das obras do novo Porto.

Pergunta-se:

1. Sob a égide do Convênio, cabe responsabilizar civilmente o Município B? Se cabe, qual o fundamento desta responsabilidade: contratual ou extracontratual?
2. E quanto ao Prefeito: Caberia responsabilizá-lo pessoalmente, seja civil, seja administrativa, seja politicamente?
3. E, sob a ótica da MULTIPORTO S/A, qual a sanção que se poderia impor ao Município B, acionista faltoso?

4ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

A lei reserva a nomeação para cargo em colegiado administrativo, com mandato por tempo determinado, a quem possua, entre outras qualificações, reputação ilibada.

Certa associação civil, constituída com o fim de zelar pela moralidade pública, inconformada com a nomeação de determinado cidadão, notoriamente envolvido em escândalos administrativos e várias vezes denunciado pelo Ministério Público, peticiona ao Chefe do Poder Executivo requerendo a reapreciação do ato de nomeação.

Para orientar-se sobre a decisão a tomar, essa autoridade formula à Procuradoria-Geral do Estado os seguintes quesitos, a serem respondidos pelo candidato.

- 1º - Uma vez iniciado o termo do mandato cabe a reapreciação do ato de nomeação?
- 2º - A hipótese de consulta seria de anulação ou de revogação da nomeação?
- 3º - Existe discricionariedade administrativa na apreciação ou na reapreciação do requisito legal de reputação ilibada?
- 4º - Que figura doutrinária se caracteriza na exigência legal da "reputação ilibada"?

5º - Por se pretender uma decisão administrativa, que princípios constitucionais devem ser observados?

28.10.95

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Faça a distinção, conceituando e fornecendo exemplos, entre a inexistência, a nulidade absoluta, a nulidade relativa, a anulabilidade e a simples irregularidade.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Sindicato de determinada categoria profissional, invocando a condição de substituto processual, impetrou, perante a Justiça do Trabalho, mandado de segurança coletivo visando à reintegração de alguns empregados, que permaneceram trabalhando em empresa pública estadual após a aposentadoria. A empresa efetuara o desligamento dos empregados em consequência de parecer da Procuradoria Geral do Estado, aprovado pelo Governador do Estado, que considerou inconstitucional a situação dos empregados.

O **mandamus** apontou como autoridades coatoras: o Governador do Estado e a Diretoria da empresa estatal em litisconsórcio passivo.

Abstraindo-se de quaisquer considerações quanto ao mérito da causa, indique o candidato, fundamentadamente, quais as defesas processuais cabíveis na espécie.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

J. intentou uma ação de indenização, pelo rito sumário, com base no art. 275, II, letra c do C.P.C., frente a S., alegando que o mesmo, invadindo a mão de direção, colidira com seu automóvel, provocando os danos apurados em prévia perícia.

S., na audiência, ofereceu defesa, alegando preliminar de ilegitimidade passiva, eis que, na época da colisão, não mais era o proprietário do veículo abalroador, pois o tinha vendido a A., 20 dias antes, conforme demonstrava o recibo acostado com firma reconhecida na data da transação, denunciando-o à lide. No mérito, sustentou que não estava dirigindo o veículo e que, portanto, não poderia responder pela demanda.

Considerando provados os fatos expostos, esclareça como deveria a demanda ser decidida, dando as razões de seu entendimento.

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Pode a carência da ação ser decretada pelo STJ no julgamento do recurso especial, com fundamento no art. 267, § 3º, do C.P.C., sem provocação das partes e sem que essa questão tenha sido examinada no acórdão impugnado?

18.11.95

DIREITO CONSTITUCIONAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO,
A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

É cabível a impetração de mandado de segurança por membro do Congresso Nacional, tendo por objeto impedir a tramitação de proposta de emenda constitucional?

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

O Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia de dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro referentes ao BANERJ, nos quais: a) impedia-se a alienação do controle do banco por parte do Estado; b) concedia-se exclusividade ao banco para recebimento de todos os tributos e demais pagamentos devidos ao Estado.

Indaga-se: por quais fundamentos é possível cogitar-se da inconstitucionalidade **material** de tais dispositivos?

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Emenda à Constituição estadual prevê que a remuneração dos servidores públicos do Estado será reajustada semestralmente, com base na variação do INPC.

A referida emenda decorreu de iniciativa do Chefe do Executivo estadual, tendo o novo Governador eleito solicitado à Procuradoria Geral do Estado fosse examinada a possibilidade da propositura de ação direta de inconstitucionalidade. Dê seu parecer.

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

O art. 1º de determinada lei estadual assim dispõe: "Os materiais inservíveis ou excedentes do Departamento de Estradas de Rodagem, inclusive móveis, veículos e pneus, ficam doados à Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem". Proposta ação direta de inconstitucionalidade, dê seu parecer sobre o cabimento da medida.

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

O art. 7º da Medida Provisória nº 1.053, de 30.06.95, determina a extinção das unidades de conta criadas pelo Poder Público estadual e municipal (como UFERJ e UNIF), a partir de 1º de janeiro de 1996. Comente a constitucionalidade do dispositivo.

25.11.95

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO,
A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

O Estado do Rio de Janeiro, dentro do Programa Estadual de Desestatização, decide privatizar a Companhia Estadual de Águas, cujo capital se compõe de 10.000 ações, das quais 5.000 são ordinárias e 5.000 são preferenciais sem voto, com dividendo mínimo de R\$ 0,06 por ação.

A privatização efetivou-se mediante leilão na Bolsa de Valores, tendo sido vendidas todas as ações preferenciais e 3.000 ações ordinárias.

As ações alienadas encontram-se bastante pulverizadas, exceto um bloco de 1.000 ações ordinárias que foram adquiridas pelo Banco X.

Como o Estado, embora ainda com 2.000 ações, desvinculou-se inteiramente da empresa, o Banco X, na primeira Assembléia (AGO) que se seguiu, elegeu toda a diretoria da empresa, passando daí em diante, nas várias assembleias subseqüentes, a decidir todas as matérias objeto de deliberação.

Anos depois, percebendo que a empresa estava sendo administrada de forma ruínosa, anunciou o Estado que na AGO do ano seguinte elegeria uma diretoria de sua confiança.

O Banco X, para evitar que isso acontecesse, fez com que a Diretoria vendesse um imóvel da sociedade que, embora contabilizado por um valor elevado, tinha um pequeno valor de mercado, com isso produzindo uma perda de tal ordem que a sociedade passou a apresentar prejuízo no exercício, além de absorver todas as suas reservas e lucros acumulados. Nessas condições, a sociedade ficou sem meios de pagar o dividendo mínimo das ações preferenciais, que, conseqüentemente, adquiriram o direito de voto.

Como o Banco X havia comprado no mercado mais 2.501 ações preferenciais, passou a dispor da maioria dos votos na AGO, bem como da maioria das ações preferenciais, e do poder de reconduzir a diretoria da sociedade.

O Banco X, além disso, por força de deliberação em assembleia, reformou

o Estatuto, para o fim de permitir a conversão das ações preferenciais em ordinárias, como forma de garantir a sua maioria nas assembleias futuras.

PERGUNTA-SE:

a) Nos anos em que o Estado se desvinculou da sociedade, quem era o acionista controlador?

b) A venda do imóvel pela sociedade pode ser considerada ilegítima? Por quê? E se a venda tivesse sido motivada apenas por razões comerciais?

c) A ausência do dividendo conferiu, efetivamente, poder de voto às ações preferenciais?

d) A alteração estatutária destinada a viabilizar a conversão das ações preferenciais em ordinárias (AGE e assembleia especial das preferenciais) afigura-se legítima?

e) Tem o Estado como recuperar o controle da sociedade?

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

A empresa WW Seguradora propõe ação em face do Estado do Rio de Janeiro visando, através do exercício do direito de regresso que lhe foi transferido no contrato de seguro celebrado entre ela e X, o ressarcimento dos valores pagos a X a título de indenização e em virtude do acidente ocorrido entre X e uma viatura oficial.

Instado a contestar a ação - na qualidade de Procurador do Estado e levando-se em consideração unicamente a natureza jurídica do contrato de seguro e a necessidade da presença dos seus elementos essenciais para sua existência - qual seria o argumento que você utilizaria para postular a invalidade da referida cláusula, estabelecida no contrato de seguro, que transfere do segurado para a empresa Seguradora o direito de regresso?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

É possível, com fundamento na competência genérica de manutenção da segurança pública, obter indenização do Estado, em virtude de assalto sofrido em via pública? Por quê?

02.12.95

DIREITO TRIBUTÁRIO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO,
A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

1. INDÚSTRIA PRINCESA S.A. propôs uma ação contra o ESTADO, em abril de 1990, para que fosse declarado "seu direito de não pagar o ICMS incidente, por ocasião da entrada, em seu estabelecimento fabril, de máquinas e equipamentos importados da Suíça, em virtude da isenção do tributo, prevista no artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar nº 04/69".

2. Alega a autora que gozava de isenção do ICMS, nas importações

realizadas em julho de 1989, porque lhe havia sido concedido igual benefício pelo Ministério da Indústria e Comércio (BEFIEX), em relação ao imposto de importação e ao IPI.

3. Colocada a questão nestes termos, apresente os argumentos que devem constar da defesa do ESTADO.

2ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

1. Respondendo às consultas formuladas sobre o aproveitamento de crédito de ICMS relativo à aquisição de energia elétrica, a autoridade competente resolveu, através de Portaria, que o referido crédito só poderia ser aproveitado pelos contribuintes que exercessem atividade industrial, ficando, portanto, excluídos os estabelecimentos comerciais.

2. Assim sendo, indique as razões que justificam a decisão acima mencionada.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Como se compatibiliza a possibilidade de outorga de isenções tributárias com a regra de isonomia consagrada na Constituição (art. 150, II)?

4ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Julgando uma apelação interposta em ação de repetição de indébito de tributo estadual, o Tribunal de Justiça decide que os juros de mora incidentes sobre o montante a ser restituído, objeto de condenação da Fazenda em primeira instância, correm a partir da citação do ESTADO para a demanda. Para tanto, o Tribunal argumenta com a não aplicação, à espécie, do disposto no art. 167 do Código Tributário Nacional, por não ser a matéria objeto de norma geral de direito tributário (art. 146 da Constituição Federal), nem do disposto no art. 185, § 1º, do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 5, de 15 de março de 1975, na sua redação atual), por entender que a norma aplicável é o art. 219 do Código de Processo Civil.

A Banca considera que essa decisão está equivocada e pede que você diga por que, fundamentadamente.

5ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

Acórdãos de um Tribunal decidem:

I - que, embora o recebimento de prêmio decorrente de aposta no Jogo do Bicho não seja um direito do apostador, **face à nulidade do negócio jurídico**, ele, recebimento, caracteriza fato gerador do imposto federal sobre a renda e proventos de qualquer natureza; e

II - que a compra-e-venda de imóvel, celebrada entre pessoas físicas menores de dezesseis anos, não constitui fato gerador do imposto municipal sobre a transmissão onerosa de bens imóveis, **por ser nulo o contrato**.

Manifeste a sua opinião sobre as duas decisões, à luz das disposições do Código Tributário Nacional concernente aos dois impostos e dos princípios da Teoria do Fato Gerador.